



ANTROPONÍMIA PORTUGUESA: UM BREVE ESTUDO ACERCA DOS SOBRENOMES NO PERÍODO MEDIEVAL

Irani Sacerdote de Souza Silva¹

RESUMO

A Onomástica dos nomes próprios constitui-se, pois, como um objeto relevante dos estudos lexicológicos e instrumento para reconstituição de parte do passado lexical. Nessa perspectiva, o léxico antroponímico constitui pistas e possibilidades que permitem verificar o modo como a sociedade medieval organizava o seu sistema de nomeação e as suas múltiplas faces da realidade social a qual um nome pode remeter. É nesse contexto que se insere o trabalho que ora se apresenta tendo por objetivo examinar como se configura o processo de formação de adoção e difusão dos sobrenomes portugueses, no período medieval, e as possíveis implicações sociais e culturais expressas através da categorização dos antropônimos.

Palavras-chave: Léxico. Onomástica. Sobrenome.

INTRODUÇÃO

Como se sabe, as pesquisas referentes ao léxico têm assumido, na atualidade, lugar de destaque e maior visibilidade, no que tange a linguística contemporânea. O léxico, como observa Vilela (1994), é a parte da língua que, primeiramente, configura a realidade extralinguística e arquiva o saber linguístico duma comunidade. Para tanto, verifica-se que o léxico é o subsistema da língua mais dinâmico, tendo em vista que é o elemento que mais reflete as mudanças ou inovações linguísticas influenciando a formação da língua portuguesa. Através dessa análise, verifica-se que assim como a história do léxico português reflete a história da língua portuguesa, também a partir do estudo do léxico antroponímico é possível estudar a formação sócio-histórica do português.

Nesse sentido, a antroponímia, como parte do léxico, constitui-se como um rico acervo para se refletir sobre a vida cotidiana do indivíduo e de sua sociedade. Não obstante, quanto aos estudos da Onomástica Portuguesa, em particular, os sobrenomes, poucas obras tem sido encontradas, sobretudo, àquelas referentes à Idade Média sendo, portanto, exíguo os estudos desta natureza.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Possui graduação em Letras Vernáculas e Língua Inglesa pela Universidade Federal da Bahia (2009). Professora voluntária em cursinho Pré-vestibular Comunitário. Participou do projeto Universidade Para Todos lecionando a disciplina de Língua Inglesa. Atualmente, participa do Projeto Todos os Nomes que está vinculado a Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR).

Quanto aos sobrenomes, especificamente, têm-se notícias da existência de estudos sistemáticos acerca dos patronímicos na história da língua portuguesa, haja vista o projeto desenvolvido na Universidade de Lisboa, intitulado PATRON. Contudo, não se sabe de estudos que estabeleçam um quadro amplo e significativo dos nomes de família no período arcaico, sobretudo, se levarmos em consideração a relevância de um *corpus* constituído por antroponímia documentada em textos notariais do referido período, como a que se pretende focar nesse projeto.

Vale, também, destacar que, muito embora autores, como Piel (1989), Castro (2004) entre outros, apontem, em seus textos, relações pontuais entre a antroponímia e a sócio-história da formação da língua portuguesa, uma abordagem sistemática acerca de dados exaustivamente coletados não foi ainda efetivada.

Nesse sentido, dentre as obras existentes, verificam-se alguns trabalhos como a publicação de José Leite de Vasconcelos intitulada *Opúsculos* (1931), o trabalho de Monique Bourin (2001) *La escritura del noble próprio y la aparición de una antroponimización de muchos elementos em Europa occidental (siglos XI e XII)*, para além dessas obras, é relevante destacar os textos de: Iria Gonçalves (2006) que se intitulam, respectivamente, *O uso do patronímico na baixa Idade Média portuguesa* e *Antroponímia das terras alcobacenses nos fins da Idade Média* e o artigo publicado por Nuno Gonçalo Monteiro (2008) sobre “Os nomes de família em Portugal: uma breve perspectiva histórica”, dentre outras poucas.

Assim, para este artigo, buscou-se como proposta uma reflexão sobre como se configura o processo de formação de adoção e difusão dos sobrenomes portugueses, no período medieval, e as possíveis implicações sociais e culturais expressas através da categorização dos antropônimos.

Para esse estudo, tomou-se por base um *corpus*, constituído por um total de 168 textos tabeliônicos editados por Clarinda Maia (1986), que contemplam documentos notariais que se situam desde o século XIII ao XVI. Nos quais 61 documentos pertencem ao século XIII, 62 ao século XIV, 42 são do século XV e 03 referem-se ao século XVI.

As edições desses textos feitas por Maia (1986) foram consultadas em versão eletrônica, através do *Corpus informatizado do português medieval*² (CIPM) que disponibiliza dados para a investigação linguística sobre fases pretéritas da língua.

A partir destas edições, busca-se desenvolver um estudo mais aprofundado a respeito dos sobrenomes, tendo em vista que a adoção de um sobrenome tornou-se, nesse referido período, um dispositivo legal de identificação que, esclarecia peculiaridades de um indivíduo, sendo, por tanto, um vasto campo de estudo para se entender as sociedades que o geraram.

² As edições dos textos notariais feitas Maia podem ser consultadas através do *Corpus informatizado do português medieval (CIPM)*, no endereço: <http://cipm.fcsh.unl.pt/>.

Este estudo está pautado nos pressupostos teóricos adotados pelo projeto *Todos os nomes*³ que se vincula ao *Programa para a história da língua portuguesa* (PROHPOR), e ao *Projeto para história do português brasileiro* (PHPB).

ANTROPONÍMIA: UM BREVE ESTUDO DOS SOBRENOMES

A posse de um nome é, pois, o primeiro bem que se recebe. Essa nomeação tende a desempenhar um papel significativo dentro das relações humanas apresentando-se como testemunho de uma época. Assim, a utilização de um nome pode possibilitar a entrada investigativa nos hábitos familiares e sociais como também nas influências culturais que atravessam os territórios portugueses.

O estudo da antroponímia, mais especificamente, dos sobrenomes, como já se teve ocasião de referir, apresenta-se, nesse âmbito, como um elemento enriquecedor uma vez que podem situar o percurso do indivíduo em determinado período da história.

Como observa Carvalhinhos (2007), a utilização do sobrenome foi largamente comum na Antiguidade, época em que era utilizado para relacionar, em documentos ou determinados tipos de narrações, um indivíduo a seu pai. Surgindo a princípio como um patronímico que expressava a filiação ou a genealogia à qual aquele indivíduo pertencia, esse complemento do prenome individual ocupava, por vezes, o lugar do nome individual.

Ferramosca (s/d) observa a escassez de estudos antroponímicos em Portugal, não obstante, afirma que entre os séculos XI até o século XV utilizou-se um sistema antroponímico caracterizado pela existência de dois nomes que seria um composto, isto é, um nome próprio individual e mais um patronímico advindo do nome do pai como, por exemplo: Henrique > Afonso Henriques, podendo-se a esta composição denominativa acrescentar uma terceira designação que poderia ser a partir de um topônimo ou uma alcunha. Conforme salienta o autor, a partir do século XVI se começou lentamente a adotar o sistema de um nome próprio e um nome de família fixo que foi se mantendo ao longo das gerações.

Como se verifica, no período medieval, a necessidade de os indivíduos se diferenciarem entre si contribuíram, significativamente, para a utilização de uma variedade de nomes com o objetivo de se fazer qualquer distinção entres os mesmos e, quanto maiores fossem as comunidades nas quais aqueles indivíduos pertencessem, maiores também o grau de dificuldades em diferenciá-los, necessitando, dessa maneira, de formas cada vez mais complexas de denominação.

³ Iniciou-se, em 2007, no Instituto de Letras da UFBA, um projeto de pesquisa acerca da antroponímia na Bahia, intitulado: *Todos os nomes: análise sócio-histórica, etimológica e mórfica da antroponímia baiana*, tendo por objetivo principal e final a elaboração de um dicionário etimológico de antropônimos. Esse projeto vem sendo coordenado pelas professoras doutoras Aurelina Ariadne Domingues Almeida, Juliana Soledade e Tânia Lobo.

Ainda conforme aponta Carvalhinhos (2007), os sobrenomes podiam homenagear algum amigo ou familiar, sendo, por conseguinte, uma forma de nomeação extremamente popular, isto é, uma perífrase em que entra o nome de algum familiar para designar o indivíduo por relação à outra pessoa. Segundo a mesma autora, este fato ocorria em pequenos lugarejos campestres como um motivo cultural, que, além de prático, evitava confusão de identidade e demonstrava uma relação de posse.

Em consonância com esse pensamento, Câmara Jr. (1997), destaca que:

Geralmente o indivíduo se identifica por dois ou mais vocábulos antroponímicos que formam uma locução. Aí se destaca o prenome, que é o nome próprio individual, e o sobrenome, ou apelido, que situa melhor o indivíduo em função da sua proveniência geográfica, da sua profissão, da sua filiação, de uma qualidade física ou moral, de uma circunstância de nascimento.

Nesse tocante, como menciona Santos (2003), a estrutura de identificação medieval evoluiu conforme as necessidades com que aquelas comunidades foram se deparando. Afinal, diferenciar um indivíduo no seio de uma família ou de alguma pequena localidade não era problemático, todavia identificar esse indivíduo em comunidades mais vastas exigia formas de denominação mais complexas. Por conseguinte, o sistema antroponímico medieval, conforme explicita Santos (2003), não pode ser considerado como uma realidade estática, mas como um mecanismo em permanente construção. Ainda conforme Santos (2003), ao longo da Idade Média, a evolução do antropônimo de um só nome para uma forma constituída por dois elementos foi, talvez, o marco mais significativo do processo de formação do sistema antroponímico.

Câmara Jr. (1979), no livro intitulado “*História e estrutura da língua portuguesa*”, observa que no que tange ao Império Romano, a distinção das pessoas era feita através do *prenomen*, *gentilicium* e *cognomen*. O primeiro representava o nome próprio de cada indivíduo; o segundo repetia a designação do clã ou da gens a que ele pertencia e o último se referia à sua família ou seu grupo familiar inserido na gens.

Nesse sentido, como destaca Câmara Jr (1979), no nome completo de cidadão como *Marcus Tullius Cicero*, tem-se o *prenomen* que é *Marcus*, *Tullius* como um *gentilicium*, derivado de um conjunto maior consanguíneo e que reivindicava, com as demais familiares, um originário antepassado comum, e *Cicero*, o *cognomen* da família em âmbito menor, inserida no grande clã, que, nesse caso, era o *gentilicium Tullius*.

Após a queda do Império Romano, a sistematização que fora estabelecida começa a cair em desuso, e passa a dar lugar a outros tipos de nomeação, a exemplo da motivação religiosa, principalmente, com a influência do cristianismo que difundia, entre a população europeia cristianizada, os prenomes de santos, e, também, acabou por se constituir como uma das motivações para adoção de

sobrenomes religiosos. O cristianismo, então, se tornou um elemento aglutinador que aproximou os vários povos invasores.

Como explica Bourin (2001), durante a alta Idade Média, o sistema usado para designar os indivíduos experimentou uma evolução que conduziu a “múltiplos empobrecimentos” de sorte que, tanto para os germânicos quanto para os romanos, prevaleceu o nome único.

Ainda conforme Bourin (2001), a homonímia foi um elemento bastante recorrente nesse período, tendo em vista que o prenome já não se aplicava apenas aos limites do patronímico familiar. Não obstante, por conta dessa homonímia, cresceu a necessidade de qualquer distinção, surgindo, então, os apelativos. Esses eram de formação variada e se juntavam ao prenome como indicação complementar. Desse modo, a adoção de um sobrenome tornou-se um dispositivo legal de identificação que, muitas das vezes, esclarecia peculiaridades de um indivíduo.

Como evidencia Franco (1995, p. 22), no Couto de Sto. Tirso, o sobrenome era o segundo designativo de identificação e tinha como função indicar o nome próprio do pai, tal como acontecia nas Astúrias, nas comunidades rurais localizadas em S. Vicente de Ovideo, entre os séculos X e XII. Ainda de acordo com Franco (1995, p. 24), o sobrenome era composto por um antropônimo que, tal como o prenome, não correspondia a uma escolha da pessoa nomeada, nem remetia as simpatias onomásticas da geração do pai, mas sim da do avô. E, nesse sentido, esse segundo designativo estabeleceu uma aliança entre presente e passado, remetendo o indivíduo para a sua raiz familiar. (FRANCO, 1995, p. 24).

Franco (1995) aborda ainda que os onomatos medievais eram constituídos por um nome próprio acompanhado por um sobrenome de natureza patronímica. Podendo-se a estes dois elementos juntar-se um designativo de origem, de domicílio, de profissão e/ou um epíteto. A autora observa que essa estrutura medieval não permanece fixa e pode sofrer modificações que fazem os diferentes componentes denominativos interagirem entre si. Tal fluidez encontra-se nos documentos notariais aqui revisitados, evidenciando a dinamização das formas antroponímicas vigentes naqueles textos tabeliônicos editados por Maia (1986) nos quais se verificam relações de parentescos, posse de uma propriedade ou prazo, o sexo, o estado civil, o domicílio, a profissão, o tipo de participação no documento, entre outros.

ANÁLISE DOS DADOS

Analisando-se os documentos notariais dos séculos compreendidos entre XIII e XVI, editados por Maia (1986), percebeu-se um sistema antroponímico dinâmico. Assim, pode-se asseverar que ao longo da Idade Média, a evolução dos antropônimos para uma forma conjugada por dois elementos foi bastante relevante.

Dos textos notariais consultados, apurou-se, um total de 2245 onomatos, sendo 949 correspondentes ao século XIII; 738 no século XIV; 507 para o século XV e 51 para o século XVI.

No que tange a variante sexo, como se pode ver a partir dos dados constantes da tabela 1, verifica-se que dos 2245 nomes próprios examinados, nos quatro séculos já referidos, constata-se a presença de maior número de prenomes masculinos.

CORPUS	SÉCULOS			
	XIII	XIV	XV	XVI
2245	949	738	507	51
	Porcentagem			
NOMES PRÓPRIOS MASCULINOS	88,10%	87%	85,80%	76,50%
NOMES PRÓPRIOS FEMININOS	11,90%	13%	14,20%	23,50%

Tabela 1 – Análise da variante sexo

Como foi verificado, o sistema de identificação onomástico medieval manteve-se, praticamente até o fim da época em consideração, como um sistema com dois ou três elementos.

Nesse sentido, para identificar um indivíduo bastava um nome próprio e outro designativo que o integrava na família a que pertencia, normalmente, um patronímico, o outro processo seria a utilização de um locativo, identificando o indivíduo através do local onde este residia ou teria nascido, ou ainda o uso dos dois elementos designativos para indicar um mesmo indivíduo como se percebe na tabela 2.

ANTROPÔNIMO	1ª DESIGNAÇÃO (prenome)	2ª DESIGNAÇÃO (patronímico)	3ª DESIGNAÇÃO (locativo)	Século/ Região
Pedro Garzia de Uoado, morador em Uoado	Pedro	Garzia	de Uoado	(1269) Coruña
Thareygia Froyaz, filha de Maria Petrez de Oza e Froya Suariz,	Thareygia	Froyaz		(1262) Região Coruña
Berto Nuniz de Castelo pai de Marina Nuniz	Berto	Nuniz	de Castelo	1255 Região Lugo
Johã Paez, bisavô de Pedro Paez d'Arregeyro	Pedro	Paez	d'Arregeyro	1281 Coruña
Afonso Pelaez, fillo de Pay Fagúdez, notario que foi de Santiago	Afonso	Pelaez		(1351)
Afomso Alvarez, fjlho de Alvaro Annes de Vjarjnho	Afomso	Alvarez		(1484) Douro Litoral
frey Bieyto de Pontevedra	Bieyto		de Pontevedra	(1506) Pontevedra

Tabela 2 – Análise da produtividade da formação de antropônimos portugueses

Outras designações bastante comuns verificadas nos documentos referem-se a profissões e qualidades físicas e morais como por exemplo:

- Johã Perez, dito Gallo, notario del Rey publico ã terra de Nendos
- Fernã Eanes Gallego
- Marja Mansa
- Martin Perez, dito Redondo, casado com Marina Perez, pai de Johã Martins, Migel Martins, Mayor Martins e Maria Martins.
- Johã Bóó, merchador, morador das Pontes d'Eume
- Loppo Rrodriguez de Caldelas, cauleyro
- Johã Peres, ferreyro, fillo que foy de Pedro Uermuez e marido de Maria Martinz
- Pedro Rico, morador em couto -figlesia de Santo Esteuoó de Yréés, mordomo em no dito couto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou mostrar como se deu o processo de adoção e difusão dos sobrenomes portugueses. As reflexões aqui esboçadas constituem apenas um primeiro olhar sobre os dados, tendo em vista que o trabalho ainda se encontra em estado de processo.

Nesse sentido, trazer algumas considerações acerca de um estudo dos sobrenomes no português medieval se faz essencial uma vez que é no período medieval, com base em toda tradição sócio histórica do latim e do galego-português que se forma parte do conjunto de sobrenomes na língua portuguesa, por conseguinte é necessário estudá-lo para melhor compreender o processo embrionário desse grupo antroponímico e, assim, contribuir para o estudo do léxico.

REFERÊNCIA

BOURN, Monique. La escritura del nombre próprio y la aparición de una antroponimización de muchos elementos en Europa occidental (siglos XI e XII). In: CHRISTIN, Anne-Marie. (Org.). *El nombre próprio: su escritura y significado a través de la historia en diferentes culturas*. Barcelona: Gedisa, 2001. p. 193-212.

CÂMARA JUNIOR, José Mattoso. *Dicionário de Lingüística e gramática: referente à língua portuguesa*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CARVALHINHOS, Patricia de Jesus. As origens dos nomes de pessoas. Domínios de Linguagem. *Revista Eletrônica de Lingüística*. Ano 1, n.1 – 1º semestre de 2007 – ISSN 1980-5799. Disponível em: <<http://www.dominiosdelinguagem.org.br/pdf/8.pdf>> Acesso em: 25 ago. 2009.

CASTRO, Ivo. A atribuição do nome próprio no espaço luso-brasileiro. In: AGRELO, Ana Isabel Boullón. (ed.), *Novi te ex nomine*. Estudos filológicos oferecidos ao Prof. Dr. Dieter Kremer. A Corunha: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2004. p. 245-256.

CIPM – Corpus informatizado do português medieval.

Disponível em: <<http://cipm.fcsh.unl.pt/>> Acesso em: 25 ago. 2009.

FRANCO, Isabel Maria Madureira Alves Pedrosa. *O Couto de Sto. Tirso (1432-1516): Antroponímia e Sociabilidade*. 1995. Dissertação de Mestrado (História Medieval) - Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

Disponível em: <repositorio-aberto.up.pt/bitstream/pdf > Acesso em: 14 maio 2011.

FERRAMOSCA, Fabiano. A Onomástica no Termo do Porto no século XV. Disponível em < http://web.letras.up.pt/aphes29/data/9th/FabianoFerramosca_Texto.pdf > Acesso em: 14 maio 2011.

GONÇALVES, Iria. *O uso do patronímico na baixa Idade Média portuguesa*. 1999.

Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3190.pdf>> Acesso em: 25 ago. 2009.

_____. *Antroponímia das terras alcobacenses nos fins da idade média*. Disponível em:

<http://www.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/Biblioteca/V/V%20Antroponimia%20das%20terras%20Alcobacenses.pdf> Acesso em: 25 ago. 2009.

_____. Amostra de Antroponímia Alentejana do Século XV. Do tempo e da História. (1971) Disponível

em: <http://ww3.fl.ul.pt/unidades/centros/c_historia/Biblioteca/IV/XIX-%20Amostra%20de%20antroponimia.pdf> Acesso em: 25 jun. 2012.

MAIA, Clarinda. *História do Galego-Português*. Estado Linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o Século XIII ao Século XVI (com referência à situação do galego moderno), Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica. 1986.

PIEL, Joseph-Maria. Origens e estruturação histórica do léxico português. In: PIEL, Joseph-Maria. *Estudos de lingüística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: IN-CM. 1989. p. 9-17.

_____. A antroponímia germânica na Península Ibérica. In: PIEL, Joseph-Maria. *Estudos de Lingüística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: IN-CM. 1989. p.129-147

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva. *História Geral: A Onomástica, o individuo e o grupo*. 2003.

Disponível em: < <https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/389> > Acesso em: 26 maio 2011.

VILELA, Mário. *Estudos de lexicologia do Português*. Livraria Almedina. Coimbra, 1994.

ABSTRACT

Onomastics of proper names constitutes, therefore, as a relevant object of study and lexicological tool for reconstruction of lexical part of the past. From this perspective, the lexicon of anthroponyms clues and possibilities for verifying how the medieval society organized its system of appointment and their multiple facets of social reality which a name may refer. It is in this context that the work presented here with the objective to examine the configuration of the formation process of adoption and diffusion of Portuguese surnames, in the medieval period, and the possible social and cultural implications expressed through the categorization of anthroponyms.

Keywords: Lexicon. Onomastics. Surnames.

Recebido em 04 de junho de 2012; aprovado em 11 de julho de 2012.